

Os arquitectos do Quartel do Segundo

*Regimento de Infantaria e da Real Casa Pia de Correção e Educação e
Aquartelamento das Partidas Avulsas* *

LÍLIA PAULA TEIXEIRA RIBEIRO

Abstract – *This study is intended to analyse the authorship of the sketch of two of the most remarkable public buildings that emerged in Oporto during the second half of the eighteenth century: the Quartel do Segundo Regimento de Infantaria and the Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas.*

1. Introdução

No século XVIII a cidade do Porto viveu um ambiente de prosperidade geral caracterizado pelo crescimento demográfico; pelo dinamismo económico; pela ascensão da burguesia; pelo pulular de novos valores culturais e ideológicos veiculados pela Filosofia das Luzes; e pela emergência de intervenções urbanísticas e arquitectónicas que metamorfosearam a configuração da velha urbe.

Não obstante, também experimentou tensões, designadamente os motins de 1757¹. Na sequência dos tumultos que pretendiam, em última instância, a abolição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – importante esteio da política pombalina – o onnipotente ministro de D. José I, viria a adop-

* O presente artigo foi elaborado com base na dissertação de mestrado intitulada «Edifícios públicos portuenses no desfecho do século XVIII: O Quartel do Segundo Regimento de Infantaria. A Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas» apresentada à Faculdade de Letras em Março de 2005, sob orientação científica do Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves.

¹ No dia 23 de Fevereiro de 1757, quarta-feira de cinzas, alguns portuenses saíram à rua entoando o grito de revolta: «Viva el-Rei! Viva o Povo! Morra a Companhia» e praticando descatos. No dia 15 de Março eclodiu novo levantamento – ainda que de menor dimensão – que seria praticamente controlado à nascença por uma companhia de duzentos soldados. Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1990, p. 32-34.

tar severas medidas repressivas: determinou a ocupação da cidade por forças militares²; responsabilizou os seus habitantes pelo aboletamento das tropas e sobrecarregou-os com um imposto canalizado para o pagamento dos soldos e munições de guerra³; ordenou a substituição da equipa de vereação – que já não gozava da confiança política da Corte – e a extinção da Casa dos Vinte e Quatro, organismo representativo dos mesteres⁴; e mandou punir de forma rápida e exemplar as pessoas integradas na lista oficial dos condenados⁵. Este episódio teve o encómio de trazer para a segunda cidade do reino João de Almada e Melo que fora nomeado pelo seu primo – Sebastião José de Carvalho e Melo – para ocupar o cargo de Governador do Partido Militar do Porto.

João de Almada e Melo encontraria na Cidade Invicta um notável campo de actuação. Destacamos o seu desempenho na qualidade de primeiro presidente da Junta das Obras Públicas⁶, organismo responsável pelas grandes obras de transformação e modernização da malha urbana medieval e de crescimento extramuros⁷.

De facto, na segunda metade do século XVIII, a Junta das Obras Públicas viria a desenvolver um auspicioso programa de planeamento, coordenação e gestão do espaço urbano que preconizava a racionalização estética e funcional do mesmo, de acordo com os postulados iluministas e as exigências da modernidade. Neste contexto, a arquitectura civil adquiriu maior importância e o Porto viu nascer novos tipos de construções – hospitais, teatros, prisões e quartéis – que concorrem para a estruturação da cidade e determinaram a sua fisionomia arquitectónica. Alguns desses edifícios públicos arrebataram a magnitude até então confinada à arquitectura religiosa⁸. Na última década da centúria sobressaem dois exemplares erguidos sob a inspecção de Francisco de Almada e Mendonça: o Quartel do Segundo Regimento de Infantaria – que viria a constituir a fachada setentrional do Campo de Santo Ovídio e a completar um dos mais importantes eixos de urbanização da cidade – e a Real Casa Pia de Correção e de Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas.

² Além do Regimento da guarnição da cidade, composto por 1200 homens, entraram no Porto o Regimento de Dragões da Beira; dois Regimentos de Infantaria – o de Trás-os-Montes e o do Minho; e um esquadrão de cavalaria ligeira de Chaves. Cf. COSTA, Agostinho Rebello da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. 3ª ed. Lisboa: Frenesi, 2001. ISBN 972-8351-53-4. p. 233.

³ Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da – *Ob. cit.*, p. 100-102.

⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 103-104.

⁵ A natureza das sentenças admitia: penas pecuniárias, confiscação de bens, castigos corporais, prisão, degredo e até a pena capital. Cf. CARVALHO, J. V. Pinto de – *Motins populares no Porto, O Tripeiro*. Porto: I Série, ano II, n.º 49 (Novembro 1909), p. 200.

⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. Vol. 1, p. 3.

⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na época moderna*. Lisboa: Inapa, D.L. 2001. ISBN 972-8387-91-9. p. 37.

⁸ Cf. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 11-12.

2. A concepção dos edifícios

Constando a D. Maria I que o Segundo Regimento de Infantaria experimentava "continuadas mollestias", em virtude de estar alojado num espaço exíguo, insalubre e desconfortável, e que a cidade do Porto se sentia oprimida e humilhada com "o aboletamento das continuas Partidas, e Destacamentos de Cavallaria, e Infantaria, que não so vem todos os mezes receber pagamento para a tropa das mais Provincias, mas no decurso do anno a outras diligencias do Real Serviço, passando a esta Corte em conducções e reconducções de sentenciados, e dezeretores", a Soberana determinaria – em 20 de Fevereiro de 1790 – a construção de um quartel para o Segundo Regimento no Campo de Santo Ovídio, e de um outro para as Partidas Avulsas "no lugar que se julgar mais próprio"⁹. De acordo com as ordens emanadas pela Rainha, a inspecção das obras – subvencionadas pelo Subsídio Militar – seria protagonizada por Francisco de Almada e Mendonça¹⁰. O documento régio também faz referência à traça dos edifícios, conforme teremos oportunidade de explanar.

2.1 O risco do Quartel do Segundo Regimento de Infantaria

O Aviso de 20 de Fevereiro de 1790 estabelece que "se edifique hum novo Quartel na Praça de Santo Ovidio na forma do plano aprovado pela Mesma Senhora"¹¹ destinado a acomodar o Segundo Regimento. No que concerne à autoria do projecto, o aviso não é conclusivo. Menciona apenas a existência de um plano que reunia o aval de D. Maria I, expedido de Lisboa e assinado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa.

Segundo José Augusto-França a escolha do arquitecto para a execução do risco do Quartel de Santo Ovídio recaiu em Reinaldo Oudinot¹². Joaquim Jaime Ferreira-Alves admite a possibilidade da planta ter sido desenhada pelo francês Reinaldo Oudinot e enviada para Lisboa para ser submetida à aprovação da Rainha. No entanto, equaciona também a hipótese de haver sido traçada na capital por um dos arquitectos que dominavam a actividade artística lisboeta, conforme acontecera com a Cadeia e Tribunal da Relação projectada por Eugénio dos Santos e Carvalho¹³.

Ainda que o Aviso seja ambíguo, não se nos afigura despicendo aventar a possibilidade do risco do Quartel de Santo Ovídio ter saído do lápis de Reinaldo

⁹ Cf. A.H.M.P., *Próprias*, L.º 72, fls. 47-48.

O quartel das Partidas Avulsas seria edificado num terreno localizado entre a Porta do Sol e o Largo da Batalha que tinha ficado livre pela demolição do pano de muralha. Cf. QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho – *Inventário Artístico de Portugal: Cidade do Porto*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1995. Vol. XIII, p. 149.

¹⁰ A.H.M.P., *Próprias*, L.º 72, fl. 47.

¹¹ A.H.M.P., *Próprias*, L.º 72, fl. 48.

¹² FRANÇA, José-Augusto – *A arte em Portugal no séc. XIX*. Lisboa: Livraria Bertrand, [s. d.]. Vol. 1, p. 59.

¹³ Cf. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 81 e 265.

Oudinot, na medida em que existe um plano assinado pelo tenente-coronel francês (fig.1) que corresponde *lato sensu* ao conjunto edificado.

Importa atentar num outro projecto (fig.2) que se coaduna com a solução adoptada. Constatamos que o traçado do edifício se distancia do desenho firmado pelo arquitecto de nacionalidade francesa nalgumas propostas que passamos a enumerar: o frontispício e parte do alçado lateral admitem uma água-furtada; a cimalha do corpo central prescinde da série de balaústres recortados na prumada das janelas; os adornos das armas reais são mais simples; e abrem-se dois vãos de porta na fachada lateral.

De qualquer modo, a presença de estreitas afinidades com o projecto autenticado por Reinaldo Oudinot leva-nos a reforçar a ideia de ter sido ele o autor do primitivo plano gizado para o Quartel de Santo Ovídio. Esse projecto seria alterado pelo próprio, ou então por um outro arquitecto¹⁴.

No segundo caso, avançamos com o nome de Teodoro de Sousa Maldonado, por ter sido incumbido da execução da obra¹⁵ e ser um dos mais prestigiados arquitectos da cidade. Além disso, há uma referência documentada que o associa ao plano do edifício. Sabemos que recebeu quarenta mil réis "pello risco do Quartel e mais medidas e pellos mapas necessarios e assistencias das louvacoens"¹⁶.

José Francisco de Paiva também acompanhou e interveio na construção do Quartel para o Segundo Regimento de Infantaria¹⁷. Após a morte de Teodoro de Sousa Maldonado, em Outubro de 1799, chegaria mesmo a assumir a direcção dos trabalhos substituindo-o como arquitecto responsável¹⁸. A ligação de José Francisco de Paiva ao edifício encontra-se relativamente bem documentada. O seu nome consta, pela primeira vez, na folha de despesas de 15 a 27 de Fevereiro de 1796¹⁹. No ano seguinte foi "nomiado para architecto do Real Quartel de Santo

¹⁴ Em nosso entender, os princípios racionais de rentabilidade e de utência prática acabariam por se sobrepor aos de índole estética. Como escreve Nelson Correia Borges, "mais do que nenhuma outra expressão artística, a arquitectura necessita de poder económico para se concretizar e é quase sempre determinada pela funcionalidade". BORGES, Nelson Correia – *Arquitectura Religiosa em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. In *Património Classificado*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1997. ISBN 972-9430-99-3. p. 95.

¹⁵ Teodoro de Sousa Maldonado fora "nomeado por Sua Magestade para a execuçam dos planos dos Quarteis do Segundo Regimento; e do das Partidas Volantes pelo aviso de 20 Fevereiro de 1790 e introçoens de 23 do mesmo mes e anno", pelo que recebia dez mil réis mensais. Cf. A.D.P., PRVCPRT, L.º 62, fl. 99v.

¹⁶ A.D.P., PRVCPRT, L.º 62, fl. 2v. Porém, o aludido risco devia tratar-se de uma cópia do projecto original. Cf. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 265.

¹⁷ Esta circunstância valeu-lhe uma alcunha peculiar. Adrien Balbi escreve "José Francisco, surnommé dos Quartéis, pour avoir fait le beau bâtiment des quartiers de San-Ovidio à Porto". BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*. Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822. Vol. 2, p. clxxxviii.

¹⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 265.

¹⁹ Nessa folha podemos ler: "A Jose Francisco de Paiva emporte // do reçoibo N. 3 24\$000". A.D.P., PRVCPRT, L.º 65, fls. 116-116v.

Ouvídio; para lhe ad'ministrar todas as dimenções percizas", com a remuneração de oito mil réis mensais²⁰. Acresce referir que Maria Helena Mendes Pinto nos deu a conhecer diversos estudos e desenhos de cimalthas para o Quartel que corroboram o vínculo do ensamblador e arquitecto portuense à obra²¹.

2.2 O risco da Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas

Relativamente à encomenda da traça da Real Casa Pia o Aviso de 20 de Fevereiro de 1790 é mais explícito: estabelece que a obra seja edificada "empregando no projecto, e plano della o tenente coronel emgenheiro Reinaldo Oudinot"²² que à data se encontrava no Porto.

De facto, em conformidade com a referida determinação régia, Reinaldo Oudinot assinaria o risco da "Planta, e elevação dos Quartéis projectados para os Destacamentos de Cavalaria, e Infantaria, e para os presos da calceta da cidade do Porto" (Fig. 3). Tirando partido do declive do terreno, desenhou uma composição elegante – mas de estrutura robusta – constituída por dois pisos, com os ângulos bem marcados com cunhais formados por pilastras de canto rusticadas. O frontispício apresenta um corpo central, ligeiramente saliente, delimitado por pilastras e encimado por um frontão triangular sem ornamentação. Este eixo contempla uma dezena de aberturas: uma porta ladeada por quatro janelas de peitoril – distribuídas de forma simétrica – no piso térreo, e cinco janelas de sacada no andar nobre. Nos flancos, rasgam-se janelas de peitoril e uma porta, às quais correspondem, no plano superior, seis janelas de sacada e igual número de mansarda. Nas extremidades, um pano de muro vazado por três portas – duas no lado sul, mercê da maior inclinação do solo, e uma no lado norte – eleva-se até ao nível do andar superior. O paramento térreo, revestido de aparelho de junta fendida, concorre para enobrecer a arquitectura. Interiormente, Reinaldo Oudinot consagrou a banda sul do rés-do-chão para a cavalaria e a banda norte para o alojamento de oitenta presos e seus respectivos guardas. Criou um átrio central que permitia aceder a essas divisões, às respectivas cozinhas, a um escritório junto ao quarto dos vigilantes e às escadas que conduziam ao andar nobre. No extremo sul do edifício riscou um pátio e um palheiro. No lado oposto enveredou por uma solução análoga, ainda que a área ocupada pelo palheiro tenha dado lugar a uma alpendorada. Quanto à organização espacial do plano superior, optou por destinar a ala sul para acolher cerca de cem homens e a ala norte para as oficinas.

²⁰ A.H.M.P., *Subsídio Militar. Despesa com o Quartel de Santo Ovídio*, L.º 2, fl. 70. A cimaltha arquitravada para coroar o segundo andar do Quartel de Santo Ovídio foi desenhada nesse ano: data de 7 de Outubro de 1797. Cf. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva. Ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]*, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1973. p. 23.

²¹ Cf. PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, p. 47, 49, 51.

²² A.H.M.P., *Próprias*, L.º 72, fl. 48.

Não excluimos a hipótese do arquitecto francês ter traçado um outro projecto da Real Casa Pia mais simples. Apoiamos o nosso postulado na existência de uma planta muito semelhante àquela que se encontra assinada por Reinaldo Oudinot (Fig. 4), em que apenas observamos algumas alterações relevantes. Destacamos a permuta das janelas de sacada por janelas de peitoril; o acrescento de três janelas, de cada lado e em cada piso; e o paramento liso do andar térreo. A distribuição do espaço interior foi, uma vez mais, gizada em conformidade com a dupla função do edifício: quartel das Partidas Volantes e prisão para os calcetas²³. Porém, sobressai a transferência das cozinhas para o plano superior.

Esses projectos resultariam truncados. Um documento concernente à despesa com a obra da Real Casa Pia – que nos parece reportar-se à análise dos aludidos planos – coloca o enfoque na necessidade de se fazer face aos custos exagerados da construção. Sustenta ser possível "deminuirçe a despeza da construção do quartel das Partidas, e caza forte para os prezos da calçeta, combinando hua com outra planta"²⁴. Neste sentido, foram delineadas algumas directrizes. A primeira planta "poderia ficar só com o lizo faxiamento", uma vez que em "nada concorre a brilhante fachada, e externo ornacto do mesmo risco no rustico, ou fiadas de pedras refendidas, que desde o pavimento athe sacadas acompanhão todo o seu extreor, nem para a segurança do edificio, nem para o commodo de seus futuros habitadores". Também seria conveniente prescindir da gradaria de ferro que não pertencesse à prisão e da varanda exterior²⁵. Quanto à segunda planta era viável "tirarse huma pessa de cantaria nas suas extrimidades, que bem a ser huma janela em cada andar, e de cada lado, vindo a pouparse nesta forma oito janelas de cantaria, e quatro de madeira nas agoas furtadas". Além disso, podia "despensarse o rustico tanto dos cunhais, como das pilastras do centro"²⁶.

A autoria do risco da denominada Casa Pia tem vindo a ser atribuída a Reinaldo Oudinot²⁷. Porém, ainda que o teor do Aviso de 20 de Fevereiro de 1790 nos induza nesse sentido, a questão assume contornos bem mais complexos. Conforme referimos com anterioridade, o arquitecto francês assinou um projecto para o edifício. No entanto, julgamos que esse plano nunca veio a ser inteiramente materializado, na medida em que não se identifica com o imóvel dos nossos dias, nem sequer com o desenho da fachada executado por Joaquim Cardoso Vilanova, em 1833 (Fig. 8). A emergência de entraves de natureza económica

²³ Os presos adscritos às Obras Públicas recebiam esta designação por trazerem uma argola de ferro – calceta – presa num pé, da qual saía uma corrente que os emparelhava obstando uma eventual tentativa de fuga. Cf. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas, ob. cit.*, p. 301.

²⁴ A.H.M., 3^a Divisão, 20^a Secção, n.º 24, cx. 1, s/fl.

²⁵ A.H.M., 3^a Divisão, 20^a Secção, n.º 24, cx. 1, s/fl.

²⁶ A.H.M., 3^a Divisão, 20^a Secção, n.º 24, cx. 1, s/fl.

²⁷ Cf. ANACLETO, Regina – Neoclassicismo e Romantismo. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. Vol. 10, p. 20; Cf. FRANÇA, José-Augusto – *A arte em Portugal no séc. XIX, ob. cit.*, p. 59.

parece-nos constituir o principal motivo subjacente ao respectivo malogro. Neste contexto, impunha-se a concepção de um projecto menos dispendioso, por conseguinte mais simples, que fosse de encontro à funcionalidade pensada para o edifício. Ocorrem-nos dois planos que se aproximam bastante deste propósito.

Começamos por nos reportar ao risco de um casarão de linhas sóbrias implantado no espaço correspondente ao muro demolido junto de uma abertura que assegurava a comunicação com o exterior (Fig. 5). A monotonia da composição, dividida em dois andares, é quebrada por uma zona central que se destaca em relação à totalidade do frontispício, sendo delimitada por pilastras e rematada por um ático decorado com festões e com as armas reais. Este corpo apresenta, no piso térreo, uma portada e duas janelas de peitoril. No andar superior, abrem-se três janelas de sacada. Nos panos de muro laterais, em ambos os pisos, distribuem-se sete janelas de peitoril. O interior da planta baixa compreende um átrio central com escadarias; a prisão dos calcetas, na ala sul; a cavalaria, na ala norte; e duas cozinhas contíguas a estas áreas. Na planta alta, o esquema é análogo. Porém, no alinhamento da prisão encontramos a fábrica e no da cavalaria o quartel. Desconhecemos o nome do autor deste plano, mas a detecção de estreitas afinidades estilísticas, estruturais e funcionais com um outro firmado por Teodoro de Sousa Maldonado (Fig. 6) leva-nos a admitir igual paternidade. Na verdade, o projecto do arquitecto portuense segue o mesmo formulário arquitectónico, embora apresente algumas *nuances* por demais evidentes: integra uma água-furtada; o corpo central está coroadado por um frontão triangular e admite áreas apenas à casa. Não nos restam dúvidas que se trata do risco mais próximo do edifício desenhado por Joaquim Cardoso Vitória Vilanova no ano de 1833 (Fig. 8).

Em nosso entender, a evolução da conjuntura política, militar e económica, viria a condicionar a materialização do auspicioso projecto assinado por Reinaldo Oudinot. Impunha-se, portanto, um plano menos arrojado, mais pragmático e verdadeiramente compatível com os recursos disponíveis. Neste sentido, admitimos que Teodoro de Sousa Maldonado – responsável pela execução das obras, dotado de uma enorme capacidade de trabalho e amigo pessoal de Francisco de Almada e Mendonça – possa ter adaptado o projecto inicial do arquitecto francês às exigências da época. José Francisco de Paiva também viria a imprimir o seu cunho pessoal à construção da Real Casa Pia. É nomeadamente o autor do estudo do frontão concebido para o edifício. O moldurado e a forma das flores colocadas a meio dos festões denunciam o seu risco²⁸

²⁸ PINTO, Maria Helena Mendes – *Ob. cit.*, p. 58.

3. Conclusão

Com base na análise de documentos escritos e iconográficos, encontrámos o nome de três arquitectos ligados à edificação do Quartel do Segundo Regimento de Infantaria e da Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas: Reinaldo Oudinot, Teodoro de Sousa Maldonado e José Francisco de Paiva.

A autoria do risco original do Quartel de Santo Ovídio coube a Reinaldo Oudinot, conforme nos indicia o Aviso de 20 de Fevereiro de 1790 e a existência de um plano assinado pelo tenente-coronel francês. Teodoro de Sousa Maldonado acompanhou desde logo a execução da obra. Mais tarde, a direcção dos trabalhos coube ao seu conterrâneo José Francisco de Paiva.

Reinaldo Oudinot também concebeu um projecto para a Real Casa Pia, conforme as determinações fixadas no diploma régio. No entanto, o edifício construído aproxima-se bem mais de perto de um outro plano firmado pelo portuense Teodoro de Sousa Maldonado. Evidencia ainda pequenos apontamentos concebidos por José Francisco de Paiva.

Erigidos dentro do gosto neoclássico, os edifícios apresentam formulários interiorizados pelos arquitectos – mercê da sua formação académica e experiência profissional – que contribuiriam de forma indelével para a redefinição da linguagem arquitectónica da cidade.

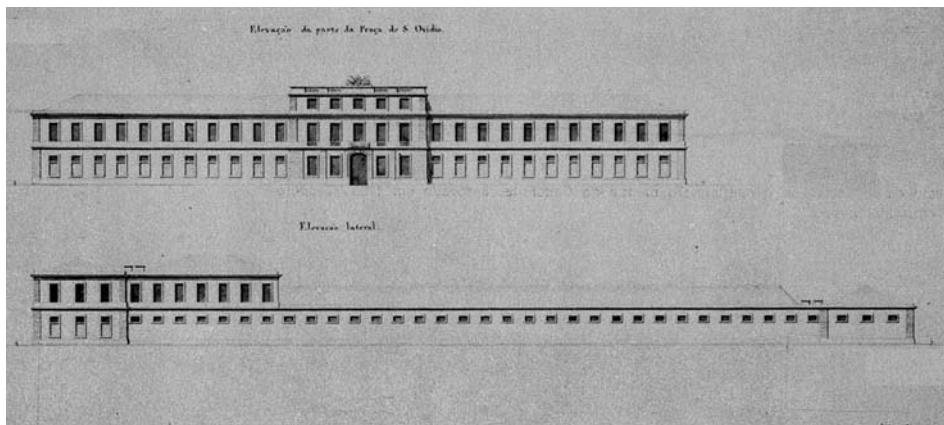


Fig. 1 – Plano do Quartel do Segundo Regimento assinado por Reinaldo Oudinot. (Ext. de MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse – Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII, Boletim Cultural. Porto: Câmara Municipal do Porto. ISSN 0 870-0478. 2ª Série, Vol. 2 (1984), p. 270).

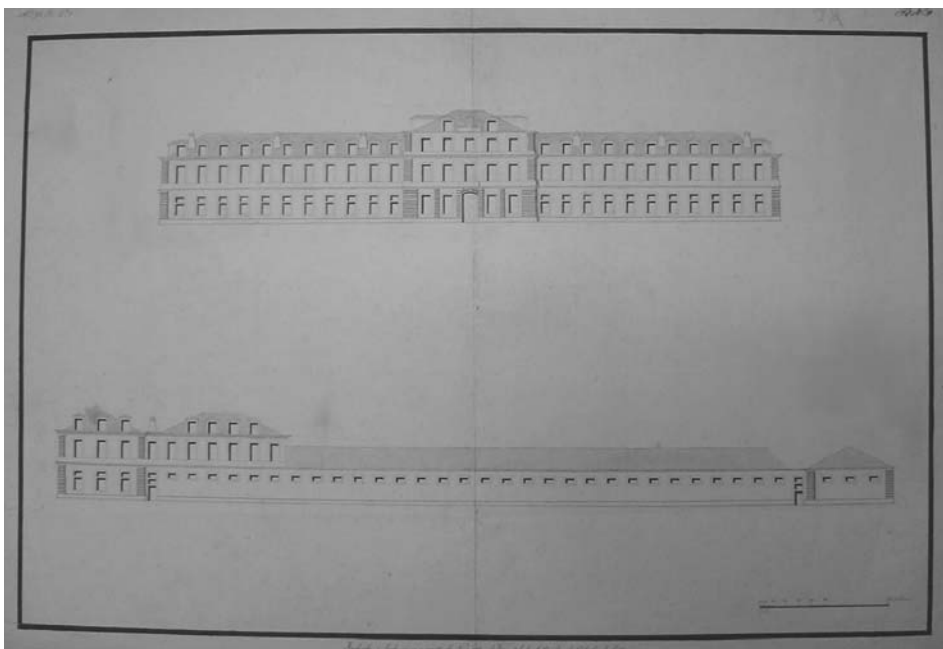


Fig. 2 – Plano do Quartel do Segundo Regimento. (DSE-GEAM, Armário 1A, Prateleira 11A, Pasta 46, Doc. 3696/I).

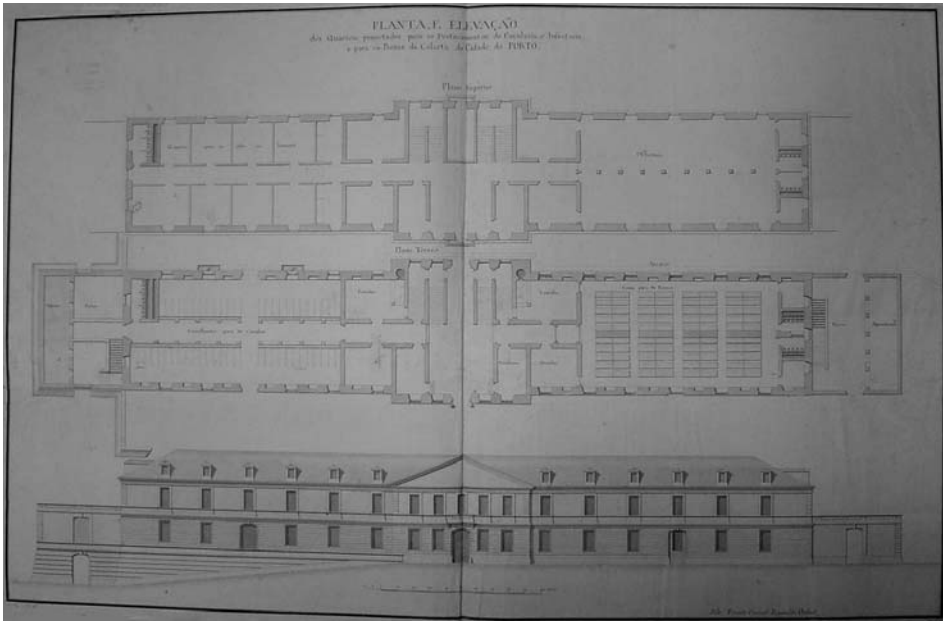


Fig. 3 – Plano da Real Casa Pia do Porto assinado por Reinaldo Oudinot. (DSE-GEAM, Armário 3, Prateleira 35, Pasta 48, Doc. 3733/I).

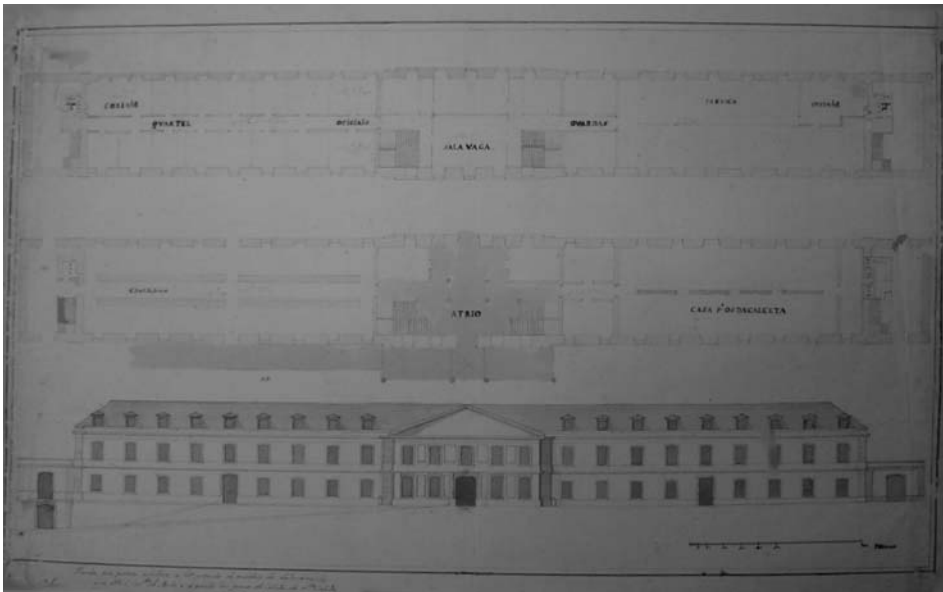


Fig. 4 – Plano da Real Casa Pia do Porto atribuído a Reinaldo Oudinot. (DSE-GEAM, Armário 3, Prateleira 35, Pasta 48, Doc. 3733/III).

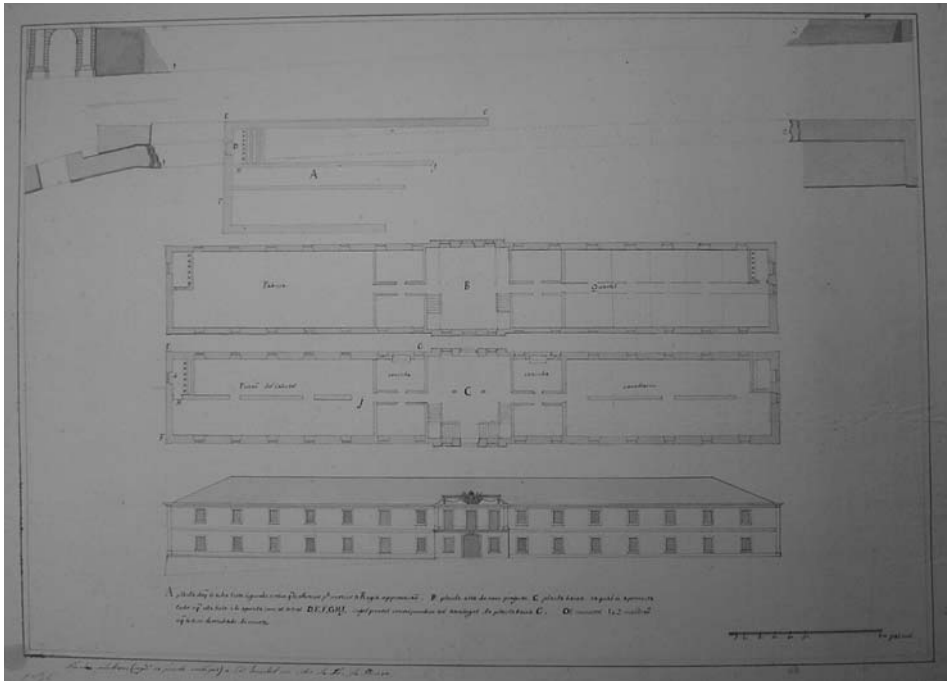


Fig. 5 – Plano de um quartel que se assemelha à Real Casa Pia do Porto. (DSE-GEAM, Armário 3, Prateleira 35, Pasta 48, Doc. 3733/V).

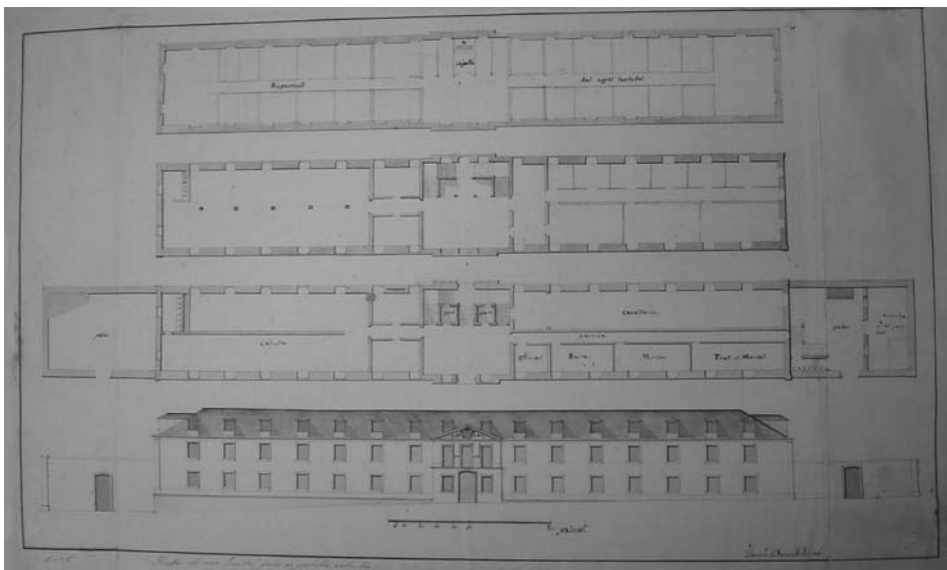


Fig. 6 – Plano da Real Casa Pia do Porto assinado por Teodoro de Sousa Maldonado. (DSE-GEAM, Armário 3, Prateleira 35, Pasta 48, Doc. 3733/III).



Fig. 7 – Quartel do Segundo Regimento de Infantaria. Desenho de Joaquim Cardoso Vilanova, 1833.

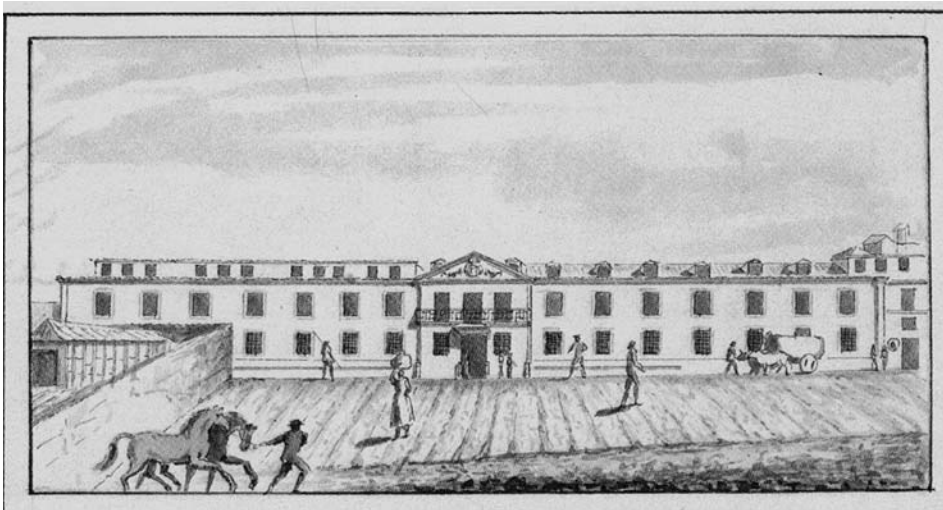


Fig. 8 – Real Casa Pia do Porto. Desenho de Joaquim Cardoso Vilanova, 1833.